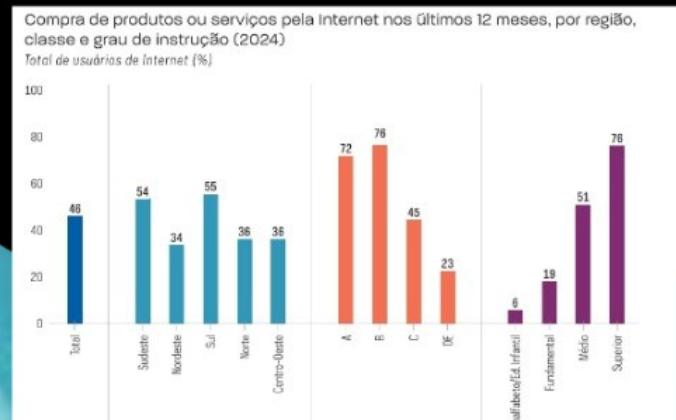
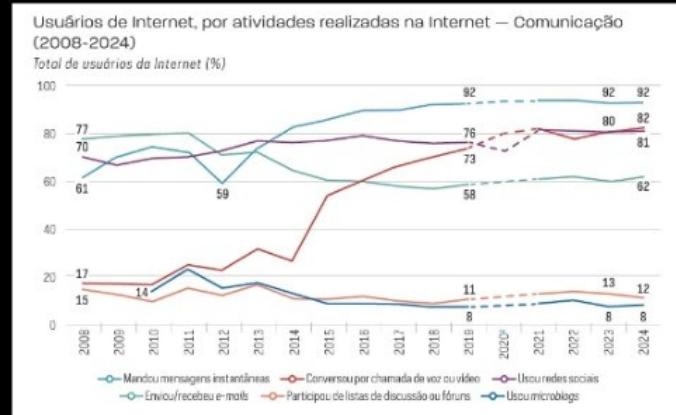
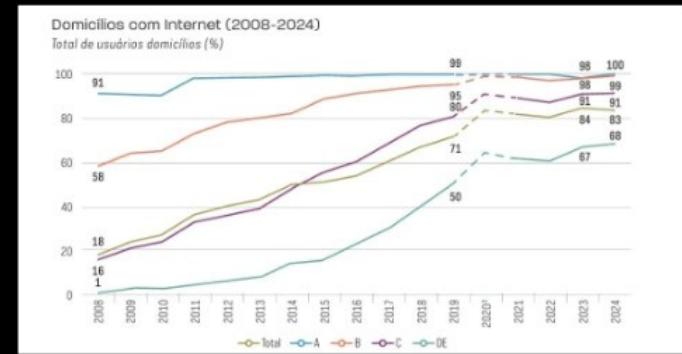
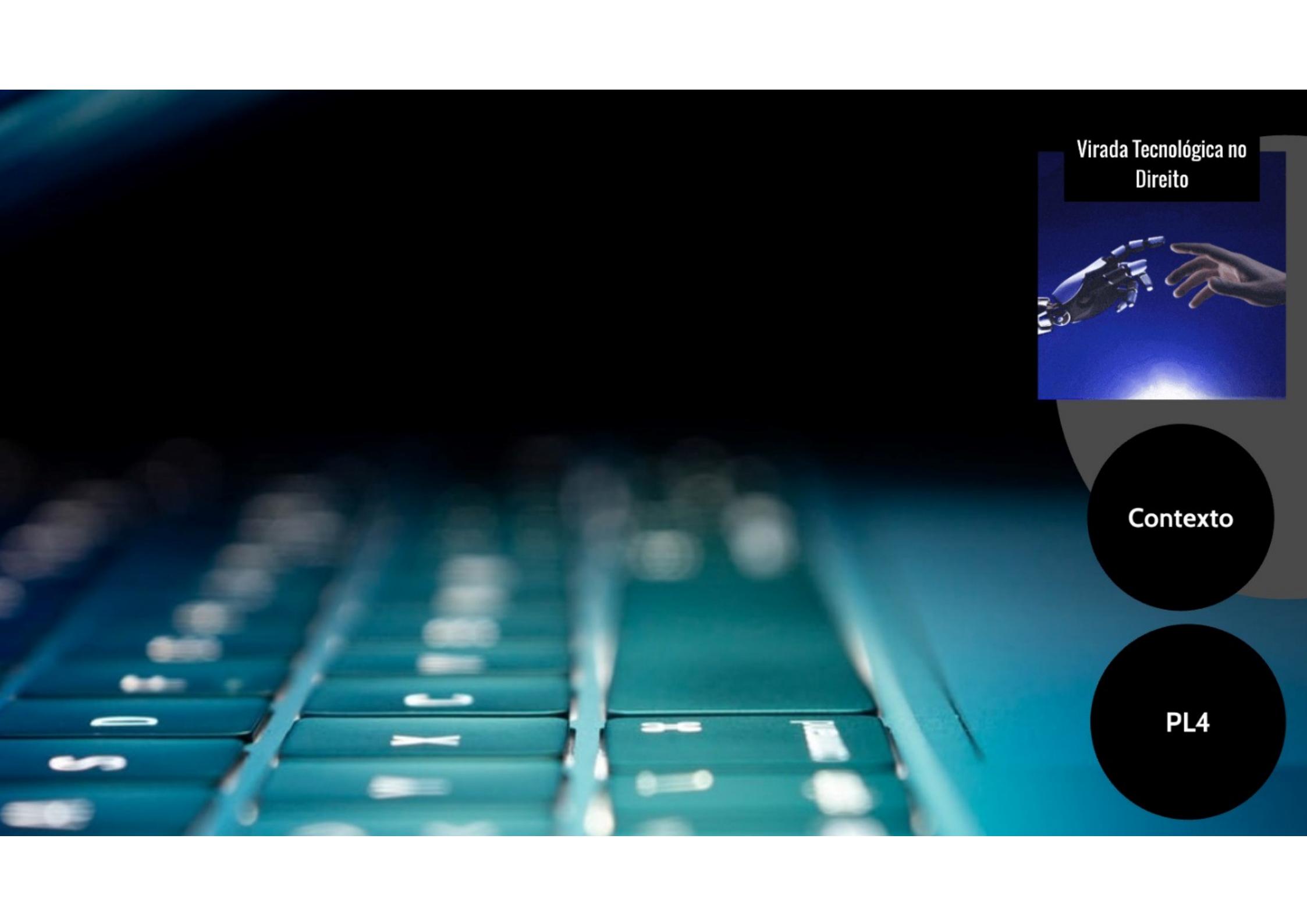




Virada
Tecnológica







Virada Tecnológica no Direito



Contexto

PL4

Contexto do Projeto de Lei n. 4/2022

O Projeto de Lei n. 4 de 2022 propõe a atualização do Código Civil Brasileiro para criar um Livro específico sobre Direito Civil Digital, abordando questões emergentes relacionadas à proteção de pessoas no ambiente digital.

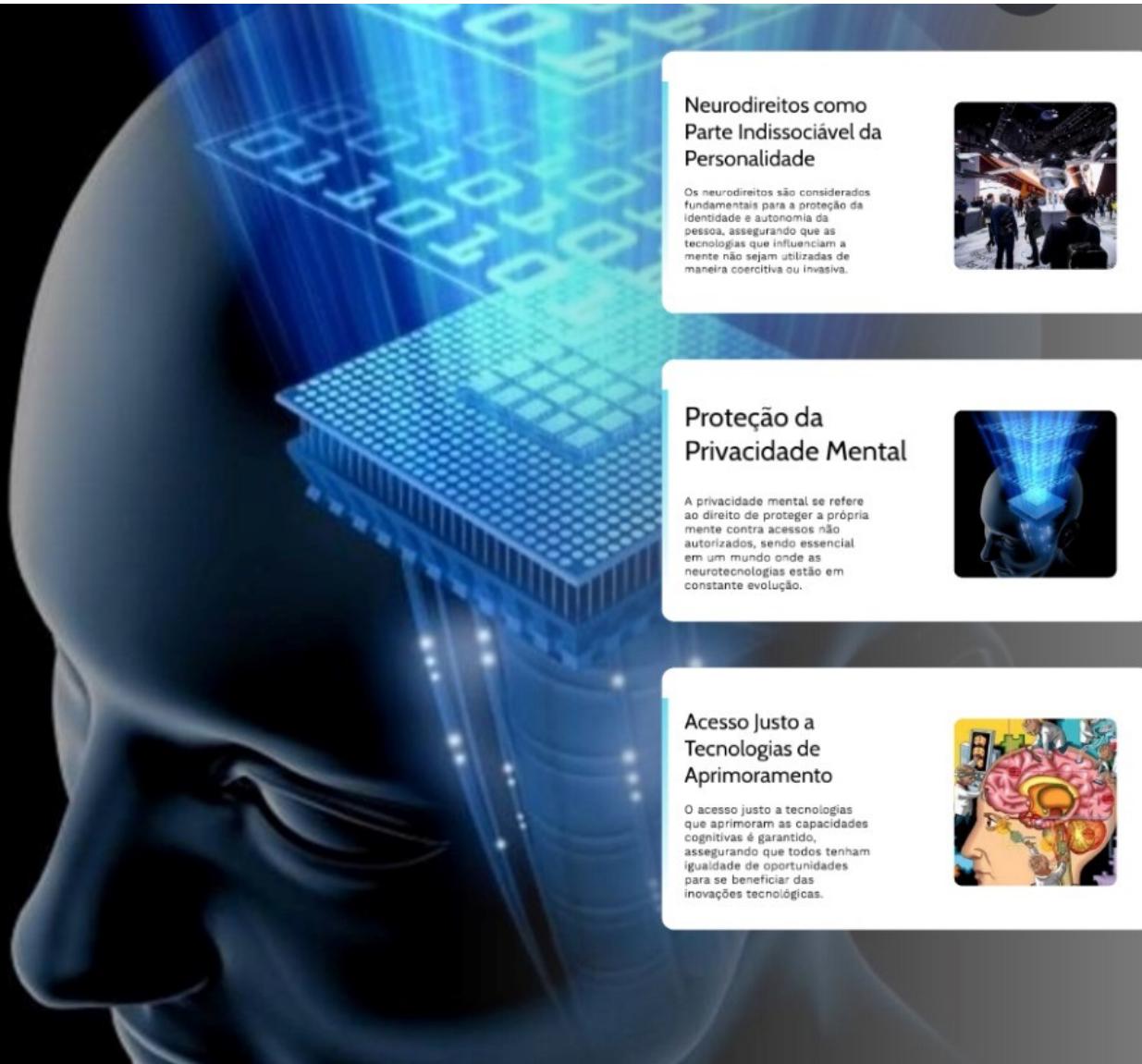
Objetivos Principais

- Absorver a Virada Tecnológica no Direito
- Adaptar o Código Civil às realidades tecnológicas do século XXI, impensadas em 2002

Relevância

- Preenche lacunas normativas no ordenamento jurídico brasileiro
- Responde aos desafios impostos pela digitalização das relações sociais
- Antecipa questões éticas e jurídicas do uso de IA

Neurodireitos



Neurodireitos como Parte Indissociável da Personalidade

Os neurodireitos são considerados fundamentais para a proteção da identidade e autonomia da pessoa, assegurando que as tecnologias que influenciam a mente não sejam utilizadas de maneira coercitiva ou invasiva.



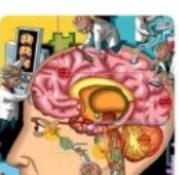
Proteção da Privacidade Mental

A privacidade mental se refere ao direito de proteger a própria mente contra acessos não autorizados, sendo essencial em um mundo onde as neurotecnologias estão em constante evolução.



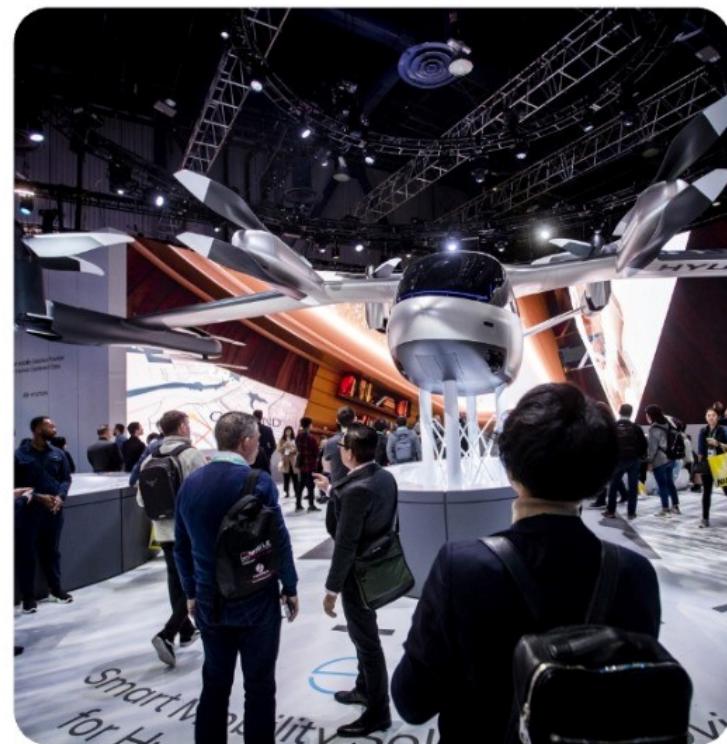
Acesso Justo a Tecnologias de Aprimoramento

O acesso justo a tecnologias que aprimoram as capacidades cognitivas é garantido, assegurando que todos tenham igualdade de oportunidades para se beneficiar das inovações tecnológicas.



Neurodireitos como Parte Indissociável da Personalidade

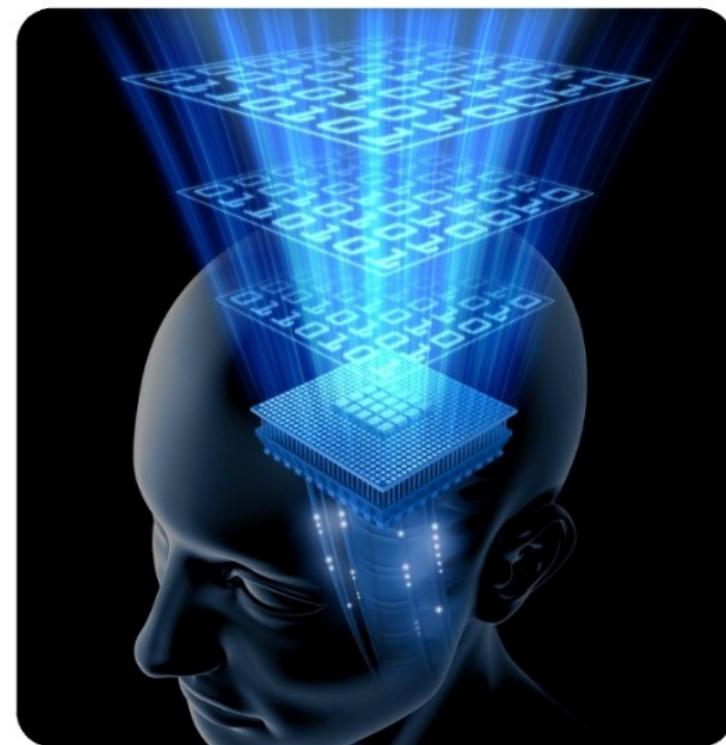
Os neurodireitos são considerados fundamentais para a proteção da identidade e autonomia da pessoa, assegurando que as tecnologias que influenciam a mente não sejam utilizadas de maneira coercitiva ou invasiva.



X

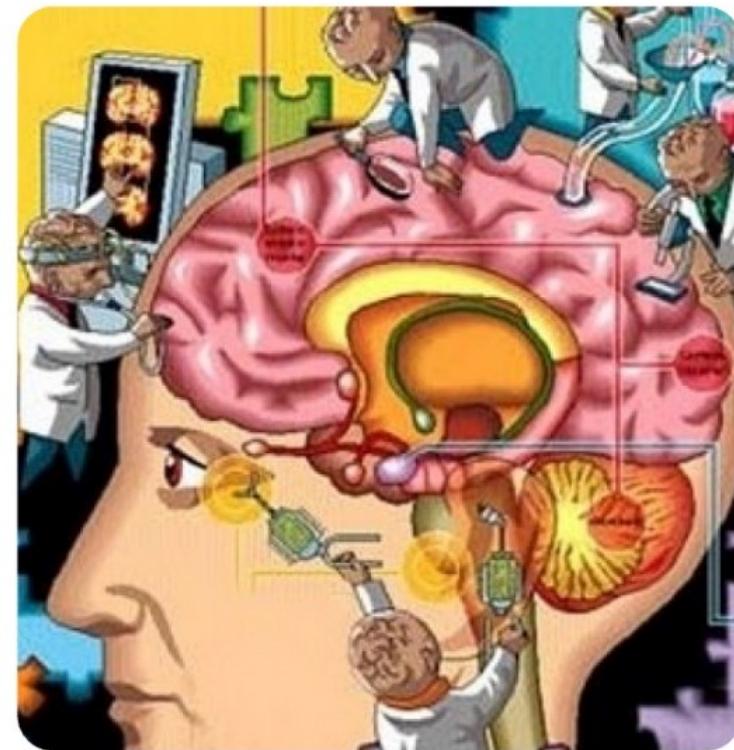
Proteção da Privacidade Mental

A privacidade mental se refere ao direito de proteger a própria mente contra acessos não autorizados, sendo essencial em um mundo onde as neurotecnologias estão em constante evolução.



Acesso Justo a Tecnologias de Aprimoramento

O acesso justo a tecnologias que aprimoram as capacidades cognitivas é garantido, assegurando que todos tenham igualdade de oportunidades para se beneficiar das inovações tecnológicas.



Princípios Fundamentais para Sistemas de Inteligência Artificial

Direitos Fundamentais

O desenvolvimento de sistemas de IA deve respeitar os direitos fundamentais e os direitos de personalidade previstos no Código Civil, garantindo a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício das pessoas e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Garantias Essenciais

O PL n. 4/2022 estabelece como garantias para o desenvolvimento e uso da IA:

- Não discriminação em decisões, uso de dados e processos
- Transparência, auditabilidade e explicabilidade
- Rastreabilidade e supervisão humana
- Acessibilidade, usabilidade e confiabilidade

O PL determina ainda que o desenvolvimento e uso da IA em áreas relevantes para os direitos fundamentais e de personalidade deve ser monitorado pela sociedade e regulamentado por legislação específica.

Regulamentação do Uso de Imagens Geradas por IA

A legislação brasileira também aborda a questão delicada da criação e uso de imagens de pessoas vivas e falecidas por meio de inteligência artificial. Esta regulamentação visa proteger os direitos de imagem e a dignidade dos indivíduos, estabelecendo condições específicas para a utilização dessas imagens em atividades lícitas.

Entre as principais condições estão a obtenção de consentimento informado, o respeito à dignidade e reputação da pessoa representada, e a necessidade de autorização para uso comercial. Além disso, a lei exige que todas as imagens criadas por IA sejam claramente identificadas como tal em sua veiculação.

Consentimento e Autorização

É necessário obter consentimento expresso da pessoa viva ou dos herdeiros legais de pessoas falecidas antes de criar ou utilizar suas imagens geradas por IA. Para uso comercial, é preciso autorização adicional de cônjuges, herdeiros ou representantes legais.

Respeito e Dignidade

As imagens criadas devem respeitar a dignidade, reputação e legado da pessoa representada. Não podem ser utilizadas de forma difamatória ou contrária ao modo de ser ou pensar da pessoa, conforme manifestado em vida.

Identificação e Direitos Autorais

Todas as imagens geradas por IA devem ser claramente identificadas como tal. Essas imagens estão sujeitas às leis de direitos autorais e proteção de imagem, sendo os herdeiros legais ou representantes os titulares desses direitos no caso de pessoas falecidas.